

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica 2025-2026
Especialidade de Direito Administrativo e Administração Pública

1. Nome da Unidade curricular:

Políticas Públicas. A reforma da Administração territorial. Descentralização e desconcentração para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual

Horas de Trabalho: 196

Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão – 40 horas TP

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Tema da unidade curricular: A reforma da Administração territorial. Descentralização de competências para os municípios e para as freguesias e transferência de serviços desconcentrados para as CCDR.

O tema da unidade curricular será a reforma da Administração territorial enquanto política pública.

Começa por analisar-se o conceito de política pública, as suas características, tipo, fases e avaliação. A política pública que, em concreto, se analisa é a descentralização de competências para os municípios e para as freguesias e a transferência de serviços desconcentrados da Administração central para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

O objetivo desta unidade curricular é introduzir os alunos a uma análise, extensiva e em profundidade, do recente processo de descentralização de competências da Administração central para os municípios e as freguesias, bem como da reforma das CCDR e criação de um nível regional de decisão administrativa. Este processo constitui uma verdadeira reforma da Administração Pública e propõe-se a sua análise quer de uma perspetiva jurídica, quer das suas implicações mais vastas como política pública, incluindo dimensões como a legitimação de proximidade, as implicações gestionárias e orçamentais e as análises de eficiência e eficácia.

6. Conteúdos programáticos:

1. O conceito de política pública
2. A implementação das políticas públicas

- | | |
|------|---|
| 2.1. | Planeamento |
| 2.2. | Elaboração |
| 2.3. | Execução |
| 2.4. | Avaliação |
| 2.5. | Revisão (eventual) |
| 3. | A reforma da Administração territorial como política pública |
| 4. | O processo de descentralização de competências do Estado para as autarquias locais |
| 4.1. | Enquadramento constitucional |
| 4.2. | Modelos universais vs. Modelos contratualizados de transferência de competências para as autarquias |
| 4.3. | A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais |
| 4.4. | Áreas setoriais abrangidas pela descentralização de competências para os municípios |
| 5. | A reforma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional |
| 5.1. | Legitimização democrática das CCDR |
| 5.2. | Transferência dos serviços desconcentrados do Estado para as CCDR |
| 5.3. | Modelos de decisão regional |
| 6. | Descentralização e regionalização |

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O principal objetivo da disciplina consiste numa abordagem jusadministrativa à matéria das políticas públicas, através da análise em detalhe de uma política pública desenvolvida recentemente pelo poder político: a reforma da Administração territorial, seja através descentralização de competências do Estado para as autarquias locais, seja pela reforma das CCDR. Assim, o curso inicia-se com o conceito de política pública e com a subsunção da descentralização de competências neste conceito.

Segue-se uma análise desenvolvida do enquadramento constitucional da descentralização e da organização territorial da Administração Pública.

Desta forma visa obter-se uma compreensão pela destes conceitos e do seu enquadramento normativo.

Na segunda parte analisa-se em detalhe o processo de descentralização de competências iniciado em 2018 como “case study”, o seu modelo, enquadramento legislativo, vicissitudes, assim como a sua avaliação.

Finalmente, na terceira parte analisa-se o processo de transferência dos serviços desconcentrados do Estado para as CCDR.

8. Metodologias de ensino:

As aulas seguirão um modelo interativo, incentivando-se os alunos a participar. Para o efeito, será indicado um conjunto de leituras a efetuar para cada aula, designadamente de elementos bibliográficos e jurisprudenciais.

Em algumas aulas participarão convidados diretamente envolvidos no processo, designadamente autarcas.

Os estudantes serão também convidados a aprofundar determinados temas, apresentando-os em aula ou elaborando sobre os mesmos pequenos trabalhos escritos (*papers*), e promover-se-ão debates sobre as matérias constantes do programa.

9. Avaliação:

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas, intervenção em debates e apresentação oral de um relatório sobre tema do programa (25%);
- Apresentação de relatório escrito sobre tema do programa (25%);
- Exame escrito de avaliação final (50%).

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Tratando-se de uma unidade curricular do 2.º ciclo, é fundamental que os alunos desenvolvam as competências necessárias para pensar criticamente, elaborar dogmática e científicamente sobre os temas propostos e, posteriormente, obter o grau de mestre.

Por isso, a elaboração de um relatório escrito sobre um tema do programa escolhido pelo estudante assume uma relevância fundamental para a avaliação e pretende constituir, se esse for o entendimento do estudante, uma projeção do que poderá ser o trabalho final de mestrado.

11. Bibliografia principal:

AAVV - *Regionalização e Descentralização em Portugal*, Ed. UMinho, Braga, 2023

Alexandrino, José de Melo - A determinação das atribuições das autarquias locais, Estudos em homenagem ao Prof. Sérvulo Correia, vol. 2, Coimbra, 2010

Caupers, João - Introdução à Ciência da Administração Pública, Lisboa, 2002

Coutinho, Luís Pedro Pereira - O Problema das atribuições e das competências das autarquias locais (e do seu possível esvaziamento...), in [365-228.pdf \(icjp.pt\)](https://icjp.pt/365-228.pdf)

Decentralization and Regionalisation in Portugal. What reform scenarios?, relatório OCDE, 2020

Ferrão, João / Mourato, João - A avaliação de políticas públicas como fator de aprendizagem, inovação institucional e cidadania, O Caso da Política de Ordenamento do Território em Portugal, in R.B. Estudos Urbanos e Regionais, v. 12, n.º 1, Maio 2010

Ferrão, João / Paixão, José Manuel Pinto (org.) - Metodologias de avaliação de políticas públicas, Universidade de Lisboa, 2018

Fonseca, Isabel Celeste M. (coord.) - Estudos de democracia e poder local : a descentralização em curso, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2019
- Estudos de direito das autonomias (locais), Coimbra, 2020

Franco, Raquel - Transferências intergovernamentais : instrumento de equilíbrio entre a descentralização e a coesão nacional, Lisboa, 2009

Garcia, Maria da Glória - Direito das políticas públicas, Coimbra, 2009

Leitão, Alexandra - Contratos interadministrativos, Coimbra, 2011

- Notas sobre a integração dos serviços desconcentrados do Estado nas CCDR, in *Questões Atuais de Direito Local*, n.º 36, 2022

- "Planeamento e Administração Pública: desafios atuais" in *O Regresso do Planeamento. Percurso e perspetivas sobre planeamento público em Portugal*, obra coletiva, coordenação José Reis e Ana Drago, Actual Ed., Grupo Almedina, Coimbra, 2024

Oliveira, António Cândido de - Direito das autarquias locais, Coimbra, 2013

Peters, B. Guy - Policy capacity in public administration University of Pittsburgh, United States, 2015

Relatório da Comissão Independente para a Descentralização, 2019

Rodrigues, Maria de Lurdes / Adão e Silva, Pedro (org.) - Políticas públicas em Portugal, Lisboa, 2012

Trevisan, Andrei / Bellen, Hans van - Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção, in Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 42(3), 2008

12. Observações:

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

Master's Degree Course in Law and Legal Practice 2025-2026
Specialty in Administrative Law and Public Administration

1. Curricular Unit Name:

Public Policies. The reform of territorial administration. Decentralization and deconcentration.

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual

Work hours: 196

Credits ECTS: 7

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Alexandra Leitão – 40 TP

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Non applicable

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Theme of the course unit: Reform of Territorial Administration. Decentralization of powers to the municipalities and parishes and transfer of deconcentrated services to the CCDR

The subject of the course will be the reform of territorial administration as a public policy. It begins by analysing the concept of public policy, its characteristics, type, phases and evaluation. The specific public policy that will be analysed is the decentralization of powers to municipalities and parishes and the transfer of decentralized services of central government to the Commissions for Coordination and Regional Development.

The objective of this course is to introduce students to an extensive and in-depth analysis of the recent process of decentralization of central government powers to the municipalities and parishes, as well as the reform of CCDR and the creation of a regional level of administrative decision-making. This process constitutes a true reform of the Public Administration and it is proposed to analyze it both from a legal perspective and its broader implications as public policy, including dimensions such as the legitimization of proximity, the managerial and budgetary implications and the analysis of efficiency and effectiveness.

6. Syllabus:

1. The concept of public policy
2. The implementation of public policies 2.1.
 - 2.1. planning
 - 2.2. elaboration
 - 2.3. implementation
 - 2.4. evaluation
 - 2.5. review (if any)
3. Territorial administration reform as public policy
4. The process of decentralization of powers of the State to the local authorities

Constitutional framework

Universal models vs. contractual models for the transfer of powers to local authorities 4.3.

4.3 The framework law on the transfer of powers to local authorities and inter-municipal entities

4.4 Sectorial areas covered by the decentralization of powers to municipalities

5. The reform of the Commissions of Coordination and Regional Development

5.1 Democratic legitimization of the CCDR

5.2 Transfer of deconcentrated state services to the CCDR

5.3 Models of regional decision

6. Decentralization and regionalization

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The main objective of the course consists of a legal and administrative approach to the matter of public policies, through the detailed analysis of a public policy recently developed by the political power: the reform of the Territorial Administration, either through the decentralization of competencies from the State to the local authorities or through the reform of the CCDR. Thus, the course begins with the concept of public policy and the subsumption of the decentralization of competencies in this concept.

This is followed by a detailed analysis of the constitutional framework of decentralization and the territorial organization of the Public Administration.

In this way it is intended to obtain an understanding of these concepts and their normative framework.

The second part analyzes in detail the process of decentralization of powers initiated in 2018 as a case study, its model, legislative framework, vicissitudes, as well as its evaluation.

Finally, the third part analyzes the process of transferring the State's deconcentrated services to the CCDRs.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

Classes will follow an interactive model, encouraging students to participate. For this purpose, a set of readings will be indicated for each class, namely bibliographic and jurisprudential elements. In some classes, guests directly involved in the process will participate.

Students will also be invited to go into more depth on certain topics, presenting them in class or preparing small papers on them, and debates will be promoted on the subjects included in the program.

9. Evaluation:

The assessment is based on the following elements:

- Class participation, intervention in discussions and oral presentation of a report on a theme of the program (25%);
- Presentation of a written report on a theme of the program (25%);
- Final written exam (50%).

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

As this is masters curricular unit, it is fundamental that students develop the necessary competencies to think critically, elaborate dogmatically and scientifically on the proposed themes and, subsequently, obtain the master's degree.

For this reason, the elaboration of a written report on a theme of the program chosen by the student assumes a fundamental relevance for the assessment and intends to constitute, if this is the student's understanding, a projection of what the final master's work may be.

11: Main Bibliography:

AAVV - *Regionalização e Descentralização em Portugal*, Ed. UMinho, Braga, 2023

Alexandrino, José de Melo - A determinação das atribuições das autarquias locais, Estudos em homenagem ao Prof. Sérvulo Correia, vol. 2, Coimbra, 2010

Caupers, João - Introdução à Ciência da Administração Pública, Lisboa, 2002

Coutinho, Luís Pedro Pereira - O Problema das atribuições e das competências das autarquias locais (e do seu possível esvaziamento...), in [365-228.pdf\(icjp.pt\)](https://365-228.pdf(icjp.pt))

Decentralization and Regionalisation in Portugal. What reform scenarios?, relatório OCDE, 2020

Ferrão, João / Mourato, João - A avaliação de políticas públicas como fator de aprendizagem, inovação institucional e cidadania, O Caso da Política de Ordenamento do Território em Portugal, in R.B. Estudos Urbanos e Regionais, v. 12, n.º 1, Maio 2010

Ferrão, João / Paixão, José Manuel Pinto (org.) - Metodologias de avaliação de políticas públicas, Universidade de Lisboa, 2018

Fonseca, Isabel Celeste M. (coord.) - Estudos de democracia e poder local : a descentralização em curso, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2019
- Estudos de direito das autonomias (locais), Coimbra, 2020

Franco, Raquel - Transferências intergovernamentais : instrumento de equilíbrio entre a descentralização e a coesão nacional, Lisboa, 2009

Garcia, Maria da Glória - Direito das políticas públicas, Coimbra, 2009

Leitão, Alexandra - Contratos interadministrativos, Coimbra, 2011

- Notas sobre a integração dos serviços desconcentrados do Estado nas CCDR, in *Questões Atuais de Direito Local*, n.º 36, 2022

- "Planeamento e Administração Pública: desafios atuais" in *O Regresso do Planeamento. Percurso e perspetivas sobre planeamento público em Portugal*, obra coletiva, coordenação José Reis e Ana Drago, Actual Ed., Grupo Almedina, Coimbra, 2024

Oliveira, António Cândido de - Direito das autarquias locais, Coimbra, 2013

Peters, B. Guy - Policy capacity in public administration University of Pittsburgh, United States, 2015

Relatório da Comissão Independente para a Descentralização, 2019

Rodrigues, Maria de Lurdes / Adão e Silva, Pedro (org.) - Políticas públicas em Portugal, Lisboa, 2012

Trevisan, Andrei / Bellen, Hans van - Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção, in Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 42(3), 2008

12: Remarks:

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.